



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

---

**N.º 474/LJ/2018 – REFD**

Sistema Único n.º 88427/2018

**Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43 e 44**

Relator: Ministro Marco Aurélio

Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio,

Egrégio Tribunal Pleno,

**I – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

1. Em maio de 2016, o Partido Ecológico Nacional (PEN) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizaram as Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) n.ºs 43 e 44, pedindo ao STF que declare a **constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal (CPP)**<sup>1</sup> e, com isso, proíba o início do cumprimento de pena de prisão enquanto ainda pendentes recursos extraordinário e especial

---

<sup>1</sup>“Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva”

interpostos no STF e no STJ, respectivamente, contra o acórdão condenatório<sup>2</sup>. Também pediram medida cautelar.

2. Em outubro de 2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal indeferiu o pedido de medida cautelar feito nas ADCs<sup>3</sup>, confirmando sua decisão tomada meses antes, em fevereiro de 2016, por 6 votos a 5, no julgamento do HC n. 126.292/SP, que declarou a compatibilidade da execução provisória da pena privativa de liberdade com a Constituição brasileira.

3. Em dezembro de 2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, uma vez mais, consolidou este entendimento, agora no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo n° 964.246/SP, **em que reconhecida repercussão geral do tema, “no sentido de que a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal”**.

4. No último dia 4 de abril de 2018, o Plenário do STF **voltou a decidir** sobre o tema das ADCs n°s 43 e 44, no Habeas Corpus n° 152.752, impetrado em favor de Luís Inácio Lula da Silva, que pretendia impedir o início da execução provisória de sua pena. Na ocasião, o Plenário do STF seguiu o precedente formado no REA n. 964.246/SP e denegou-lhe o *habeas corpus*.

5. No dia seguinte ao julgamento do HC n. 152752, ou seja, em 05 de abril de 2018, o PEN peticionou na ADC n° 43, argumentando que:

(i) um fato novo autorizaria a concessão liminar do pedido de declaração de constitucionalidade. É que os debates entre os Ministros, durante o julgamento do HC n° 152.752, teriam revelado a tendência de que, ao decidir o mérito das ADCs n°s 43 e 44, a maioria declararia a inconstitucionalidade da execução provisória da pena, já que:

(i.a) o Ministro Gilmar Mendes alterou seu entendimento – expresso nos julgamentos da medida cautelar nas ADCs 43 e 44, no HC n° 126.292/SP e do REA n°

2 A chamada “execução provisória da pena”.

3 Na decisão, o STF conferiu interpretação conforme à Constituição ao art. 283 do CPP, para excluir a possibilidade de que o texto do dispositivo seja interpretado no sentido de obstar a execução provisória da pena depois da decisão condenatória de segundo grau e antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

964.246/SP – e passou a entender que a execução provisória da pena pode ocorrer após o julgamento de eventual recurso especial pelo STJ;

(i.b) a Ministra Rosa Weber teria sinalizado que, quando houver o julgamento do mérito das ADCs n°s 43 e 44, manterá entendimento manifestado em oportunidade anterior, contrário ao início da execução provisória da pena.

(ii) a Presidente do STF, Ministra Carmem Lúcia, pautou o HC 152.752 no Plenário, e não as ADCs n°s 43 e 44, e teria criado “*perplexidade apontada pelo Ministro Marco Aurélio durante a sessão de julgamento do HC n. 152.752: embora a maioria do Tribunal sinalizasse para a inconstitucionalidade da execução provisória da pena, o resultado do habeas corpus individual foi no sentido de denegação da ordem. Isso significa que, tão logo a Presidência desse Tribunal inclua em pauta de julgamento a presente ação declaratória, a posição firmada na sessão de 04.04.2018 não mais irá prevalecer. Enquanto isso não ocorre, porém, milhares de réus estão sujeitos à execução provisória da pena mesmo na pendência de julgamento de recurso especial pelo STJ*”.

6. Com base nestes argumentos, o PEN pede nova medida liminar, para determinar a suspensão da execução provisória de acórdãos condenatórios não transitados em julgado, até que o mérito das ações declaratórias n°s 43 e 44 seja julgado pelo Plenário.

## II – NOVO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR:

### INCABÍVEL PORQUE NÃO HÁ FATO NOVO QUE A JUSTIFIQUE

#### II.A

7. Este parecer aborda, unicamente, a **insubsistência** do novo pedido cautelar feito pelo autor e aponta que deverá ser rejeitado pela Suprema Corte. Não entra no debate sobre o mérito das ADCs (constitucionalidade ou não da execução provisória da pena), porque já foi feito à exaustão nas duas manifestações apresentadas pela PGR nestes autos, que ora reitera-se.

8. Em fevereiro de 2016, o Plenário do STF analisou e julgou pedido de medida cautelar feito nesta ADC, em sessão marcada por amplo debate entre os Ministros que compunham a Corte à época. Setores da sociedade civil participaram da sessão, como *amici curiae*. Ao deliberar, o órgão máximo do Supremo Tribunal Federal rejeitou a medida cautelar requerida e reafirmou seu entendimento de que a execução provisória da pena de prisão após esgotado o duplo grau de jurisdicional é constitucional e não fere o princípio da presunção de inocência.

9. Inconformado com a rejeição desta primeira medida cautelar, o autor da ADC nº 43 **renova o mesmo pedido cautelar**, sob o argumento de que **haveria fato novo** a justificar sua concessão, a saber: o julgamento do HC nº 152.752 teria revelado que a maioria dos Ministros do STF entenderia que a execução provisória da pena é inconstitucional, o que levaria ao acolhimento das ADCs nºs 43 e 44, quando forem levadas a julgamento de mérito.

10. Percebe-se que o “fato novo” suscitado pelo autor é a suposição que faz – um **indevido** exercício de adivinhação – sobre o futuro voto dos Ministros nas ADCs.

11. É certo que, como afirma o autor, durante os debates de 04.04.2018, no julgamento do HC n. 152.752, o Ministro Gilmar Mendes alterou expressamente seu entendimento e passou a admitir que a execução provisória da pena possa ocorrer após o julgamento de recurso especial pelo STJ. Todavia, diversamente do que argumenta o autor, dos votos de 04.04.2018 **não há como afirmar** como será o voto de mérito da Ministra Rosa Weber nas ADCs nºs 43 e 44.

12. O voto da Ministra Rosa Weber nesta sessão, como consta do voto escrito por ela já divulgado, indica que ela: **(i)** em atenção ao princípio da segurança jurídica e em respeito à colegialidade, considera que *“a simples mudança de composição não é fator suficiente a legitimar a alteração da jurisprudência” da Suprema Corte*; **(ii)** apesar de já ter manifestado, em oportunidades anteriores, posição pessoal no sentido da inconstitucionalidade da execução provisória da pena, a Ministra curva-se ao precedente formado em dezembro de 2016 quando do julgamento do ARE n. 964.246/SP, em que o Pleno do STF decidiu ser constitucional a execução provisória da pena.

13. Este voto é marcado por coerência e precisão técnica. A Ministra Rosa Weber privilegia a integridade do sistema de precedentes, a segurança jurídica, a estabilidade e previsibilidade do Direito, em detrimento de posição pessoal sobre questões decididas precedente com efeitos *erga omnes* e obrigatório do STF. Esta passagem de seu voto demonstra que, para ela, segurança jurídica é um valor inafastável do sistema de justiça:

“(ii) anoto, em segundo lugar, questão que antecede, ontologicamente, o próprio dimensionamento da garantia fundamental assegurada no art. 5º, LVII, da Constituição, objeto do mérito, que diz com a **segurança jurídica, segurança jurídica que, na minha compreensão, mais do que um princípio, consiste em um valor ínsito à democracia, ao estado de direito e ao próprio conceito de justiça, além de traduzir, na ordem constitucional, uma garantia dos jurisdicionados.**

Nesse enfoque, a **imprevisibilidade, segundo entendo, por si só qualifica-se como elemento capaz de degenerar o Direito em arbítrio.** Por isso aqui já afirmei, mais de uma vez, que, compreendido o Tribunal como instituição, a simples mudança de composição não constitui fator suficiente para legitimar a alteração da jurisprudência, como tampouco o são, acresço, razões de natureza pragmática ou conjuntural. Nessa linha argumentativa, afirma Frederick Schauer: *“espera-se que um tribunal resolva as questões da mesma maneira que ele decidiu no passado, ainda que os membros do tribunal tenham sido alterados, ou se os membros dos tribunais tenham mudado de opinião”*.

[4] Igualmente Neil MacCormick, para quem a **“fidelidade ao Estado de direito requer que se evite qualquer variação frívola no padrão decisório de um juiz ou tribunal para outro”**[5]. É dizer, a consistência e a coerência no desenvolvimento judicial do Direito são virtudes do sistema normativo enquanto virtudes do próprio Estado de Direito. As instituições do Estado devem proteger os cidadãos de incertezas desnecessárias referentes aos seus direitos. Embora a jurisprudência comporte, obviamente, evolução – porque, insisto, a vida é dinâmica, a sociedade avança, o patamar civilizatório se eleva – é o que pelo menos se deseja - e o Direito os segue –, a atualização do Direito operada pela via judicial – pela atividade hermenêutica dos juízes e tribunais – há de evitar rupturas bruscas e ser justificada adequadamente”.

14. Em nenhuma passagem de seu voto oral ou escrito a Ministra Rosa Weber afirmou que votará pela procedência das ADCs n°s 43 e 44. Logo, não há fato novo. Ainda que a Ministra tenha entendimento pessoal sobre a inconstitucionalidade da execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da condenação, não significa que desprezará o precedente do ARE n. 964.246/SP, decidido há um ano e quatro meses pelo Pleno do STF. A alteração da jurisprudência da Suprema Corte, como reconhece a Ministra Rosa Weber em seu voto, só deve ocorrer em situações excepcionais, *“diante de mutações jurídicas ou de alterações fáticas significativas”*. Ela acrescenta, em seu voto, que *“uma vez estabilizada a jurisprudência ou firmados os precedentes, devem os tribunais observá-los, salvo quando presentes razões que justifiquem a sua revisão”*.

15. Logo, no julgamento das ADCs n°s 43 e 44 será reavaliado pela Ministra Rosa Weber e pelos demais Ministros do Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da execução provisória da pena após esgotado o duplo grau de jurisdição e, também, a validade do sistema de precedentes adotado pelo STF. O sistema de precedentes exige que se identifique a presença de *“mutações jurídicas ou alterações fáticas significativas”* que justifiquem a revisão do precedente. Essa avaliação, como não poderia deixar de ser, será feita por cada Ministro à luz do princípio da livre convicção do juiz, de modo que é absolutamente inadequado e indevido prever o resultado do futuro julgamento, como pretende o autor.

16. O autor quer extrair do voto da Ministra Rosa Weber no julgamento do HC n° 152.752, em 04.04.2018, mais do que ela disse, e qualificar esta sua interpretação como “fato novo”. Com este raciocínio, pretende justificar seu novo pedido de medida cautelar nas ADCs n°s 43 e 44, pois o primeiro já foi rejeitado. Todavia, **não há fato novo, de modo que a pretensão do autor de novo julgamento de cautelar já decidida por este Plenário deve ser rejeitada.**

## II.b

17. O autor – além alegar “fato novo” inexistente para justificar pedido de reapreciação da medida cautelar que foi rejeitada em outubro de 2016 – busca incluir na pauta o julgamento das ADCs nºs 43 e 44, ultrapassando a decisão soberana da Ministra Presidente do STF.

18. A Ministra-Presidente do STF tem, entre suas atribuições regimentais, a prerrogativa de pautar os feitos que serão levados a julgamento do Pleno.

19. Um dos critérios que a Presidente adota, segundo pronunciamento recente, é o de **não** pautar temas decididos **recentemente** pelo Plenário em autos de repercussão geral, a menos que haja fato novo ou situação excepcional que indique a necessidade de reapreciação da matéria. Este critério ampara a estabilidade dos precedentes da Corte e dá oportunidade para exame de outros temas relevantes pelo Plenário, alguns arguando pauta há vários anos.

20. Este critério racional e coerente realmente justifica que as ADCs ainda não tenham sido pautadas para julgamento de mérito. É que há três decisões recentes do Plenário do STF sobre a matéria, a última delas proferida há pouco mais de um ano (em dezembro de 2016), em processo de repercussão geral. Desde dezembro de 2016 não ocorreu qualquer fato novo e excepcional a justificar que a Suprema Corte o revise, já que não se inclui no conceito jurídico de fato novo a alteração da composição do Tribunal ou a mudança da posição pessoal de um de seus integrantes a respeito da matéria.

21. Por isso, é incabível o pedido de nova medida cautelar, porque a anterior, de mesmo conteúdo, foi rejeitada pelo Pleno do STF recentemente.

22. Por fim, é entendimento da Procuradoria-Geral da República que a Presidente da Corte, Ministra Cármen Lúcia, e a Ministra Rosa Weber, ao contrário do que sustenta o requerente, ampararam valor absolutamente importante para o sistema de administração de justiça que é a segurança jurídica.

23. A alteração súbita, inexplicada, aleatória do sistema de precedentes do Supremo Tribunal Federal é fator de insegurança jurídica. Sua manutenção fortalece **a Suprema Corte enquanto instituição mais importante do sistema de administração de justiça no Brasil.**

### III – NÃO HÁ FATO NOVO QUE JUSTIFIQUE A SUPERAÇÃO DO PRECEDENTE DO REA N. 964.246/SP

24. As três decisões do Plenário do STF ao longo do ano de 2016, que culminou com o **precedente** do REA n. 964.246/SP, caracterizam virada jurisprudencial histórica, que retoma a jurisprudência anterior, interrompida por cerca de sete anos. Por ser oriundo do Pleno, em autos de repercussão geral, este precedente tem eficácia *erga omnes e efeito vinculante*, de modo que deve ser obrigatoriamente observado por todas as instâncias jurisdicionais do país, sob pena de reclamação para a Corte, que então o fará cumprir<sup>4</sup>.

25. Em razão deste precedente, desde 2016 criminosos de “colarinho branco” passaram a ser presos após o encerramento do duplo grau de jurisdição no Tribunal de apelação<sup>5</sup>, algo que antes não acontecia basicamente em razão da capacidade financeira desses réus mais afortunados de arcar com a interposição sucessiva de recursos contra as respectivas condenações, protraindo ao máximo no tempo o trânsito em julgado, até o atingimento da prescrição.

26. Pouco mais de um ano após este precedente vinculante do Plenário do STF, surgiram decisões monocrática concessivas de *habeas corpus*, que expressam **convicção individual** de que a execução provisória da pena ofende o princípio da presunção de inocência previsto art. 5º-LVII da Constituição.

---

4 É o que se extrai da leitura conjugada dos artigos 489-VI, 927-III e 988-§5º-II do novo Código de Processo Civil (CPC), que valoriza a autoridade dos precedentes da Suprema Corte e os equipara, em determinadas situações, a qualidade e extensão dos efeitos produzidos em sede de controle de constitucionalidade difuso e concentrado. Neste sentido, Ministro Gilmar Ferreira Mendes afirma com propriedade que *“a natureza idêntica do controle de constitucionalidade, quanto às suas finalidades e aos procedimentos comuns dominantes para os modelos difuso e concentrado, não mais parece legitimar a distinção quanto aos efeitos das decisões proferidas no controle direto e no controle incidental (Voto proferido pelo Ministro no julgamento da Reclamação n. 4.335-5/AC).*

5 Réus mais abastados têm respondido ao processo em liberdade e conseguem se eximir do cumprimento das penas de prisão por terem disponibilidade financeira para apresentar sucessivos recursos e adiar o trânsito em julgado da condenação até a prescrição. Réus mais pobres não conseguem o mesmo resultado e muitos ficam presos desde o flagrante ou desde a prisão preventiva. O novo precedente do STF alterou esta realidade.



27. Nesta ADC nº 43, o autor pede medida cautelar para ensejar novo julgamento pelo Pleno do STF, na tentativa de que o precedente vinculante seja revogado.

28. No entendimento da Procuradoria Geral da República, e na linha dos pareceres já apresentados nestes autos, o precedente vinculante do ARE n. 964246 traduz o melhor entendimento jurídico sobre o tema. Sua eventual revogação interromperia a virtuosa cadeia de avanços rumo a uma maior efetividade do sistema penal brasileiro que inaugurou.

29. Mas não é só a efetividade do sistema penal que está sob ameaça com a possível superação do precedente vinculante em foco. A ameaça paira, também, sobre a própria confiança da população na estabilidade e coerência das decisões da Suprema Corte.

30. Com efeito, a revogação de precedentes vinculantes (*overruling*), de que é exemplo o decorrente do ARE n. 964246, submete-se, necessariamente, a requisitos especiais de cabimento. É que a ordem jurídica que prestigia a segurança jurídica como um valor precisa garantir um mínimo de continuidade, de estabilidade e de previsibilidade<sup>6</sup>. Isso não ocorrerá, todavia, se os precedentes de sua mais alta Corte puderem ser alterados e desconsiderados, sem qualquer critério especial, pelo próprio Poder Judiciário. Um sistema assim, instável e imprevisível, deixaria os jurisdicionados inseguros quanto a seus direitos e deveres, além de incrédulos quanto à capacidade de o Poder Judiciário agir de modo coerente, justo e isonômico.

31. Nesta linha, e seguindo conhecida lição de Melvin Eisenberg<sup>7</sup> (compartilhada, ao menos em sua substância, por praticamente toda a doutrina que se debruça sobre o tema), para que seja cabível a sua revogação, o precedente vinculante deve não mais corresponder aos padrões de **congruência social, ou seja, revelar-se errado, injusto, obsoleto, agredindo o sentimento de justiça do cidadão comum.**

32. E mais: a incongruência do precedente deve ser robusta o suficiente a ponto de justificar o sacrifício dos valores que a preservação de precedentes vinculantes visa a proteger,

---

<sup>6</sup> Como ensina Luiz Guilherme Marinoni: “A previsibilidade constitui razão para seguir precedentes. Interessante notar, ainda, que a previsibilidade é relacionada aos atos do Judiciário, isto é, às decisões, mas garante a confiabilidade do cidadão nos seus próprios direitos. Um sistema incapaz de garantir a previsibilidade não permite que o cidadão tome consciência dos seus direitos, impedindo a concretização da cidadania. (...). (Marinoni, Luiz Guilherme, Mitidiero. E-book, Precedentes Obrigatórios).

<sup>7</sup>Eisenberg, Melvin Aron. The nature of the common law. Cambridge: Harvard University Press. 1998, p. 104.

ou seja, a **segurança jurídica, estabilidade e previsibilidade** do sistema jurídico correspondente. Trata-se de ponderar se os benefícios possivelmente decorrentes da eventual revogação do precedente obrigatório superam os custos que isso causará ao sistema.

33. Caem como uma luva, aqui, as lúcidas palavras da **Ministra Rosa Weber**, colhidas de seu voto proferido nos autos HC n. 126.292/SP, cujo julgamento, em fevereiro de 2016, deu início à virada jurisprudencial sedimentada no precedente ligado ao ARE n. 964246. Naquela ocasião, a Ministra, instada a se afastar da jurisprudência até então dominante no STF, expressou seu critério de julgamento em situações desse jaez. Confira-se:

“Ocorre que tenho adotado, como critério de julgamento, a **manutenção da jurisprudência da Casa**. Penso que o princípio da segurança jurídica, sobretudo quando esta Suprema Corte enfrenta questões constitucionais, é muito caro à sociedade, e há de ser prestigiado. Tenho procurado seguir nessa linha.

**Nada impede que a jurisprudência seja revista, por óbvio. A vida é dinâmica, e a Constituição comporta leitura atualizada, à medida em que os fatos e a própria realidade evoluem.**

Tenho alguma **dificuldade na revisão da jurisprudência pela só alteração dos integrantes da Corte**. Para a sociedade, existe o Poder Judiciário, a instituição, no caso o Supremo Tribunal Federal”.

34. Ora, não há dúvidas de que a jurisprudência das Cortes superiores pode ser revista, já que um sistema de precedentes vinculantes engessado e imutável estaria fadado à falência por rapidamente tornar-se obsoleto. Mas esta revisão deve ser feita com cautela e parcimônia, apenas quando o precedente já não mais corresponder ao sentimento de justiça da sociedade, ou seja, e nas palavras da Ministra Rosa Weber, “*à medida em que os fatos e a própria realidade*” evoluírem.

35. Partindo-se destas lições, e como questão preliminar ao próprio julgamento do mérito do HC n. 152752, cabe a pergunta: o entendimento plasmado em dezembro de 2016 no precedente vinculante ligado ao ARE n. 964246 perdeu sua congruência social? Passou a ser injusto? Deixou de corresponder ao sentimento de justiça do cidadão comum? Se sim, o que se alterou de dezembro de 2016 para os dias atuais, - além da composição da Corte e os índices de impunidade no país, que se reduziram?

36. Ora, não há como sustentar que, pouco mais de um ano após a formação do precedente do ARE n. 964246/SP, este tenha deixado de ter congruência social – conceito esse, por óbvio, que não é alterável subitamente. Antes, é fator que se constrói longo do tempo, sendo também este, o tempo, na mesma medida necessário para desconstruí-lo.

37. O entendimento deste precedente reflete bem o sentimento do justo: após o encerramento do duplo grau de jurisdição no Tribunal de apelação, última instância capaz de rever fatos e provas que amparam a condenação, a pena pode ter seu cumprimento iniciado. As instâncias excepcionais que admitem o recurso extraordinário e o recurso especial – respectivamente o STF e o STJ – não estão autorizadas a reexaminar fatos e provas. Só examinam questões jurídicas, que não interferem na condenação. Não cabe a elas rever a culpa do réu. Eventual nulidade sempre poderá ser arguída em *habeas corpus*, o que o precedente vinculante não altera.

38. Como se sabe, a constitucionalidade da execução provisória da pena tem, a seu favor, a Constituição e a lei vigente. É o que decidiu o Plenário do STF há pouco mais de um ano. Os fundamentos desta decisão continuam válidos nos dias atuais e constituem as condições necessárias para que a jurisprudência definida no ARE n. 964246/SP seja mantida.

39. Revogá-la, mesmo diante de todos os argumentos jurídicos e pragmáticos que o sustentam, representaria **triplo retrocesso: para o sistema de precedentes** incorporado ao sistema jurídico pátrio, que, ao se ver diante de julgado vinculante revogado menos de um ano após a sua edição, perderia em estabilidade e segurança jurídica e teria sua seriedade posta em xeque; **para a persecução penal no país**, que voltaria ao cenário do passado e teria sua efetividade ameaçada por processos penais infundáveis, recursos protelatórios e penas massivamente prescritas; e **para a própria credibilidade da sociedade na Justiça e nessa Suprema Corte**, como resultado da restauração da sensação de impunidade que vigorava em momento anterior ao julgamento do ARE n. 964246/SP.

40. Por fim, a circunstância de o precedente do ARE n. 964246 ter sido adotado por 6 votos a 5 em nada altera sua força vinculante ou os requisitos necessários para a sua superação. **Isso não o torna mais frágil ou menos obrigatório.** Foi a Corte Constitucional do país que, pela sua composição plenária, o decidiu em rito qualificado e, portanto, com observância obrigatória para todo o Poder Judiciário, inclusive o próprio Supremo Tribunal

Federal. Se o pano de fundo para a desconsideração individual e, agora, coletiva do precedente é o fato de ele ter sido resultante de julgamento por maioria, que se altere o ordenamento pátrio para se exigir que apenas julgamentos unânimes ostentem força vinculante.

41. Ressalta-se que descumprir o precedente vinculante ou superá-lo tão abruptamente não agrega segurança jurídica, necessária para a paz social.

42. A Procuradoria Geral da República espera que esta Corte reforce o sistema de precedentes vinculantes, necessário para dar celeridade e resolutividade a cerca de 80 milhões de processos em curso no país, em nome de valores essenciais ao sistema de justiça como a estabilidade e a segurança jurídica.

#### IV. CONCLUSÃO

43. Pelo exposto, a Procuradoria Geral da República pede a rejeição do novo pedido de medida cautelar apresentado pelo autor da ADC nº 43.

44. No que se refere ao objeto principal das ADCs nºs 43 e 44, e na esteira no que já requerido em parecer anterior nestes autos, a PGR requer:

**(i) como preliminar:**

(i.a) diante do advento do precedente formado no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 964.246/SP, que seja reconhecida a perda superveniente de objeto do mérito das ADC nºs 43 e 44, com o seu consequente não conhecimento por esta Suprema Corte. Eventual interesse ou utilidade remanesce apenas em relação à análise, a ser feita por esta Corte, dos efeitos, *ex nunc* ou *ex tunc*, da decisão sobre a constitucionalidade da execução provisória da pena;

(i.b) o não conhecimento destas ADCs em razão da ausência dos pressupostos materiais necessários ao *overruling* do precedente obrigatório formado no julgamento do ARE n. 964.246/SP.

(ii) no mérito, a improcedência de todos os pedidos feitos nas ADCs n[os] 43 e 44, em razão do reconhecimento da inconstitucionalidade parcial do art. 283 do CPP, especificamente no ponto em que veda a execução provisória da pena.

Brasília, 09 de abril de 2017.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Procuradora-Geral da República